

A renegociação da dívida

Externa

Com a viagem do ministro da Economia, *Marcílio Marques Moreira*, a Washington, para participar da reunião anual do FMI, novas gestões serão realizadas junto aos bancos credores a fim de ultimar o acordo sobre a dívida externa. Já posta a questão nos termos de um protocolo há tempos celebrado, o problema agora é redefinir metas e alguns conceitos, circunstância imposta à força dos rumos até agora seguidos pela economia interna. Como se sabe, as metas pactuadas com o Fundo Monetário Internacional não puderam ser cumpridas, entre as quais a redução do déficit público e a reordenação fiscal.

É bem certo que o ministro *Marcílio* encontrará dificuldades novas no encaminhamento da renegociação. Militam a seu favor, contudo, o grande esforço realizado para manter o sistema econômico dentro de certos parâmetros de estabilidade, se é possível assim considerar uma conjuntura em que a inflação não ceda mas não se expande, e a convicção arraigada sobre a necessidade de um rigoroso ajuste fiscal. Em tal sentido, o titular da Economia encontrará ressonância para o fato de que, apesar das graves turbulências políticas do momento, as instituições democráticas permanecem preservadas e os mecanismos do sistema produtivo funcionam de forma razoável.

Com efeito, os mercados financeiros ortodoxos e inortodoxos se comportam em variações limitadas aos deságios inflacionários, quer dizer, sem exacerbação de indicadores emblemáticos da economia, entre os quais sobrelevam o dólar e o ouro. A seu turno, as reservas cambiais estimadas em torno de 22 bilhões de dólares, as mais altas da história recente do País, e os saldos do comércio exterior, já acima dos dez bilhões de dólares nos primeiros oito meses do ano, são demonstrações convincentes da capacidade interna de assumir obrigações

no plano internacional e cumpri-las. Portanto, há razões sobejas para sustentar a compreensão de que os problemas do Brasil são de natureza conjuntural, isto é, não estão associados a deficiências estruturais acaso inibidoras de um processo enérgico de recuperação.

O representante brasileiro à reunião do Fundo ainda encontrará espaços de solidariedade, se de fato houver corretas intenções de apreciar o problema, quando interrogar a comunidade internacional sobre as grandes perplexidades da hora presente, até mesmo em um sítio que se acreditava imune a crises mais dramáticas, como a Comunidade Econômica Européia. Como se sabe, a braços com um processo de integração sob muitos títulos traumáticos, embora a posição consensual de todos os governos da região, a Europa experimenta hoje considerável tumulto nas relações financeiras e cambiais.

Então, o Brasil se insere com naturalidade em um quadro onde preponderam situações trepidantes e incertezas sobre o futuro, apenas com a peculiaridade da crise política interna. Os banqueiros privados, por certo, dispõem de posição privilegiada para intuir a realidade e trabalhar não contra ela, se for impossível removê-la, mas sobre suas ambiguidades, como o propósito de conciliá-las.

Já há sinais de que o Banco Internacional da Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), agentes compulsórios na intermediação da dívida de 40 bilhões de dólares para com a banca privada, emitirão pareceres favoráveis à renegociação. Assim, é de esperar-se que, a despeito da ebulição política interna e do descumprimento das metas estabelecidas perante o FMI, o ministro *Marcílio* encontrará meios para obter um novo e indispensável acordo com os credores privados internacionais.